

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.342 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2001

Lobão recebeu na sexta-feira o relatório do Banco Central sobre o caso Banpará



## Senado está trabalhando e cumprindo seu papel, diz Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, rebateu acusações de que a Casa estaria paralisada em consequência de denúncias contra senadores. “Estamos trabalhando com afinco”, afirmou.

PÁGINA 5

## *Laudo técnico atesta que fita envolvendo Jader em intermediação é falsa*

A fita com diálogo em que o nome do senador Jader Barbalho é citado para facilitar a liberação de recursos da Sudam foi resultado de fraude. A conclusão consta de laudo do perito Ricardo Molina.

PÁGINA 5



A gravação foi forjada para incriminar o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho

## CI debate com engenheiros crise de energia elétrica

PÁGINA 7

### **Audiência na CCJ discute reforma do Judiciário**

A CCJ realiza amanhã audiência com defensores públicos sobre a proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário.

PÁGINA 4

### **Nova Lei das S.A. traz juristas ao Senado**

Dois juristas que participaram da elaboração da atual Lei das S.A. serão ouvidos pela CCJ e CAE.

PÁGINA 3

Projeto de lei da Câmara que objetiva melhorar a nutrição das gestantes carentes e das crianças até 5 anos é um dos principais itens da pauta do Senado nesta semana



## Plenário examina projeto que institui o Fundo Nacional de Alimentação

PÁGINA 3



# Comissão examina indicação de embaixadores

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também ouve ex-diplomata Jacques Guilbaud, que afirma ter sido demitido do Itamaraty por razões políticas, ao denunciar um caso de superfaturamento envolvendo recursos públicos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para apreciar a indicação de Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para o cargo de embaixadora em El Salvador. O nome de Marco Antônio Diniz Brandão também será analisado; ele foi indicado pelo presidente da República para a embaixada na Tailândia.

Também integra a pauta da CRE, que é presidida pelo senador Jef-

erson Péres (PDT-AM), uma exposição do ex-diplomata Jacques Guilbaud sobre as causas de sua exoneração do Itamaraty durante o regime militar. O requerimento para a convocação de Guilbaud foi apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

O senador pelo Paraná informou que o ex-diplomata trabalhou no serviço de inteligência do Itamaraty, onde teria tomado conhecimen-

to de superfaturamento na compra do prédio da embaixada brasileira em Lisboa. Guilbaud teria denunciado a irregularidade e, por isso, sofrido sanções do governo. Requião disse que o diplomata foi removido para o Canadá, onde teria pedido asilo político. Posteriormente, o Itamaraty o exonerou sob a alegação de abandono de cargo. Hoje, o ex-diplomata trabalha como porteiro em Paris. Jacques Guilbaud susten-

ta ter sido demitido por razões políticas, mas o motivo oficial impediu que ele fosse contemplado pela Lei de Anistia.

O senador tentou durante mais de um ano rever a demissão na esfera administrativa. "As respostas evasivas do Itamaraty levaram a CRE a convocar o diplomata, que trará a sua versão para os fatos", explicou Requião.



Requião pediu que a CRE ouvisse ex-diplomata por considerar as respostas do Itamaraty "evasivas"



SEGUNDA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2001

## AGENDA

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

Hora do Expediente: Homenagem à maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom.

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária, de sons e de imagens; Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvido, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; Requerimento nº 399/01, do senador Geraldo Althoff, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 50/01 com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 405/01, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 56/01 com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; PLS nº 134/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de Alto Alegre (RR); e discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 130/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer o cargo de embaixador junto à República da Estônia; Mensagem nº 137/01, submete à apreciação do Senado a escolha de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer a função de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca; Parecer nº 746/01, sobre a Mensagem nº 161/01, que submete à apreciação do Senado a escolha de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); PLS nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PDL nº 4/99, aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa); votação, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de

ICMS); PLS nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar à realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, Mensagem nº 247/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 180 milhões, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PLS nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emendas de Plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 396/99, destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; PLS nº 385/99, isenta do Imposto de Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88 e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto de Renda; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; PRS nº 13/01, altera a redação do inciso XI do artigo 13 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h - Comissão de Educação

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para exposição sobre as diretrizes e programas prioritários do Ministério da Educação para o ano de 2002.

Após a audiência: entre outros, PLS nº 151/00, dispõe sobre acesso a informações da Internet; PLS nº 76/00 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), define e tipifica os delitos informáticos; Diversos nº 8/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 36/99, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência dos exercícios de 1997 e 1998. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 29/00, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Convidados: presidentes Nivea de Matos Nunes Rolim, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), e Roberto Gonçalves de Freitas Filho, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), e do procuradora-

geral da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, vice-presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), e representante do Sindicato dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul, Nancy Gomes de Carvalho. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

17h30 - CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição de Jacques Guilbaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty; Mensagem nº 100/01, submete à apreciação do Senado o nome de Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador; e Mensagem nº 164/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Quarta-feira

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nº 227/00, inclui na Lei nº 8.406/92 artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 236/00, altera os artigos 11 e 16 da Lei nº 6.530/78, para dispor sobre a eleição dos conselheiros nos conselhos regionais de corretores de imóveis e fixar valores máximos para as anuidades devidas pelos corretores a essas entidades; PLS nº 4/01, altera o valor do salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, Mensagem nº 158/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de Plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

11h30 - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Legislação fortalecerá mercado de capitais, afirma relator do projeto na CCJ, José Agripino

## CCJ e CAE fazem audiência sobre nova Lei das S.A.

Em reunião conjunta convocada para esta quarta-feira, às 11h30, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) voltam a debater em audiência pública o projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas. Serão ouvidos os juristas Alfredo Lamir Filho e Bulhões Pedreira, que participaram da elaboração da lei em vigor.

O projeto traz benefícios e mais proteção aos acionistas minoritários das empresas, tanto os que detêm ações ordinárias (com direito a voto) como os que detêm ações preferenciais (sem direito a voto). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passa também a dispor de condições que facilitarão sua atuação para fortalecer o mercado e proteger os acionistas.

O relator da matéria na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), acredita que a proposta vai modernizar a legislação brasileira e fortalecer o mercado de capitais do país, mas, conforme assinalou, "iremos aprovar a legislação possível, não a ideal". Para ele, o ideal seria acabar com as ações preferenciais, deixando apenas as ações ordinárias. Após dois anos de negociações com os setores interessados, sugerir novas alterações ao projeto, segundo Agripino, inviabilizaria as mudanças já traçadas.

O relator da mesma matéria na CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), também fez um apelo aos integrantes das duas comissões para que preservem o trabalho feito até o momento e aprovado pela Câmara dos Deputados. O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu que o Senado, para ganhar tempo, aprove o projeto tal como veio da Câmara.

# Senado vota projeto que cria o Fundo Nacional de Alimentação

A finalidade do programa é conceder estímulo com vistas a regionalizar a produção de alimentos e melhorar a nutrição de gestantes carentes e crianças de até 5 anos de idade

O Senado vota nesta quarta-feira projeto de lei da Câmara que institui o Fundo Nacional de Alimentação (FNA), com o objetivo de regionalizar a produção de alimentos e melhorar a nutrição das gestantes carentes e das crianças de até 5 anos de idade, que são as mais excluídas dos benefícios da merenda escolar.

O projeto dispõe que os recursos do fundo serão emprestados a pequenos e médios produtores rurais, mas a matéria ainda terá uma regulamentação específica. Estabelece também que estados e municípios criarão conselhos com representantes da sociedade para controlar a aplicação do dinheiro.

O Plenário também deverá vo-

tar projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) modificando o conselho administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para nele incluir representantes dos municípios situados no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Hoje, esse conselho admite, entre outros integrantes, apenas os prefeitos das capitais desses estados.

Em turno suplementar, será votado projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários cobrar o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde.

O Senado começa a discutir esta semana duas propostas de emen-



## O quadro da miséria

• Dados da Fundação Getúlio Vargas revelam que há **50 milhões** de miseráveis no Brasil e que praticamente um terço da população (**29,3%**) tem renda mensal inferior a **R\$ 80 per capita**

• **9%** das crianças brasileiras morrem antes de completar um ano de vida, em decorrência de subnutrição

da constitucional. A do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que transfere para os estados produtores a cobrança de ICMS nas operações interestaduais com petró-

leo, lubrificantes e combustíveis dele derivados; e a do senador Jefferson Péres (PDT-AM), criando o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

## Propostas facilitam crédito para estados e municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar amanhã, a partir das 10h, propostas dos senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Paulo Hartung (PPS-ES) que pretendem retirar obstáculos para que estados e municípios tenham acesso a novas operações de crédito. Há atualmente, segundo explica Paulo Souto, empecilhos ao crédito para estados e municípios porque os tribunais de contas não conseguem emitir as certidões previstas pelas Resoluções nºs 78 e 62 do Senado Federal.

A idéia básica das duas propostas – Projetos de Resolução nºs 13 e 19 – é compatibilizar as



Paulo Souto (E) e Paulo Hartung são autores de projetos que visam retirar obstáculos a novas operações de crédito por estados e municípios

exigências legais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal com as resoluções do Senado, levando em conta os procedimentos



adotados pelos tribunais de contas.

Atualmente, segundo os senadores, há um conflito no esta-

belecimento de prazos da prestação de contas das prefeituras e governos estaduais e emissão das certidões exigidas para efeito de credenciamento para a contratação de novos empréstimos. Além de tornar compatíveis as normas de procedimento e prazos entre as resoluções do Senado e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as mudanças prevêem que, no caso da impossibilidade de os tribunais de contas emitirem a certificação exigida no pleito a um novo empréstimo, esta poderá ser substituída por uma declaração do governador ou do prefeito.

## Comissão examina três matérias relacionadas à saúde

Em reunião marcada para quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina três proposições relacionadas à saúde. Uma delas, apresentada pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), proíbe a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças pelos planos de seguros privados e de assistência à saúde. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Na justificativa do texto, Juvêncio da Fonseca argumenta que, embora constituam avanço tecnológico, os testes genéticos para ve-

rificar a existência de doenças não devem tornar-se instrumento de diminuição de custos das empresas de seguro e de assistência à saúde em detrimento de valores éticos.

Outro projeto a ser examinado pela CAS obriga a venda de medicamentos em comprimidos, cápsulas e ampolas injetáveis na exata quantidade necessária para atender à prescrição médica. Na justificativa, o ex-senador Ernandes Amorim, autor da proposta, lembrou que os remédios, por suas características, são desperdiçados quando comprados em quantidade maior do que a neces-

sária. O projeto, sustentou, proporciona economia substancial principalmente a famílias com pessoas idosas. O relator, senador Tião Viana (PT-AC), é pela aprovação da matéria, nos termos de um substitutivo.

Será examinado ainda projeto de autoria de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que propõe alterações na lei dos medicamentos genéricos. Pela proposta, para o registro de medicamento similar são exigidos os mesmos critérios e condições para o registro dos genéricos. O parecer, do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), é favorável ao projeto.



Juvêncio quer impedir que plano de saúde realize teste genético para detecção de doença no usuário

# CCJ ouve defensores públicos sobre a reforma do Judiciário

Incumbida de analisar a proposta, a comissão já realizou audiências públicas com juristas e ministros dos tribunais superiores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove amanhã, às 17h, audiência pública com representantes dos defensores públicos para debater a proposta de reforma do Judiciário, aprovada na Câmara e atualmente em discussão no Senado. Participarão da audiência a presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos, Nívea Rolim, o presidente da associação nacional da categoria, Roberto Gonçalves de Freitas Filho, e a procuradora-geral da Defensoria

do Mato Grosso do Sul, Nancy de Carvalho.

A CCJ, comissão incumbida da análise da proposta, vem realizando audiências públicas com juristas e ministros dos tribunais superiores para discutir o assunto. Já foram ouvidos os ministros Marco Aurélio Mello e Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, e Paulo Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça, além do tributarista Ives Gandra Martins.

A tramitação da reforma do Judiciário começou em 1992, com a

apresentação de proposta de emenda à Constituição pelo ex-deputado Hélio

Bicudo

(PT-SP).

A matéria tra-

mitou

por oito

anos na

Câmara

até ser

aprovada

em 2000,

na forma

de substitutivo

da relatora

Zulaiê

Cobra

(PSDB-SP).

Para re-

latar a

proposta

no Senado,

foi designado

o senador

Bernardo

Cabral

(PFL-AM).



Cabral é o relator da proposta de reforma do Judiciário

## Francelino sugere antecipar vigência do novo Código Civil

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) enalteceu, na sexta-feira, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do novo Código Civil brasileiro, mas defendeu a entrada em vigor do texto dentro de um ano, e não dois, como ficou estabelecido. É que, segundo o senador, após 26 anos de tramitação no Congresso Nacional, o novo código é aguardado com ansiedade pela sociedade.

Para Francelino, o novo código é moderno e irá beneficiar a família e o cidadão. As alterações introduzidas no texto, avaliou, representarão avanço histórico na sociedade, a fim de torná-la mais justa e igualitária.

O senador observou que a discussão do novo Código Civil foi sempre polêmica, mas reconheceu que, após vários anos, a população passa a desfrutar de uma legislação compatível com o crescimento econômico e social do país.

— Esse novo ordenamento jurídico é muito importante para a nação brasileira — afirmou.

Francelino Pereira elogiou o trabalho do ex-senador Josaphat Marinho, relator da matéria, que, observou, foi um dos maiores responsáveis para que o novo Código Civil pudesse ser aprovado com a introdução de dispositivos considerados vitais para a sociedade. Ele também elogiou o trabalho do deputado Ricardo Fiúza, relator do projeto na Câmara.

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) estranhou, em aparte, que alguns órgãos de imprensa tenham criticado o novo código por não conter temas considerados atuais, como o casamento entre homossexuais e a clonagem humana. Ele acredita que assuntos como esses poderão ser incorporados ao Código Civil antes da entrada em vigor do novo texto.



Segundo Francelino, “esse novo ordenamento jurídico é muito importante para o país”

## Controle externo é um dos pontos criticados

O controle externo do Judiciário, um dos principais pontos da reforma do Judiciário aprovada na Câmara dos Deputados e atualmente em tramitação no Senado, já encontra resistências entre juristas e ministros de tribunais superiores. A proposta de emenda constitucional prevê a instituição de um Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Composto por 15 membros, o conselho deverá abrigar representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Congresso Nacional.

Em audiência pública realizada há duas semanas, o tributarista Ives Gandra Martins disse ser contrário ao texto da relatora na Câmara, deputada Zulaiê Cobra. Para ele, funcionaria melhor o controle interno, desde que fossem fortalecidas as corregedorias. A mesma opinião foi manifestada pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça. “Um órgão não pode controlar um poder”, afirmou. Outro mecanismo de controle da Justiça previsto é a criação de ouvidorias estaduais, que funcionariam como órgãos independentes coletores de denúncias de possíveis irregularidades.

As alterações propostas pela Câmara, de caráter administrativo, não terão, segundo Gandra, o condão de solucionar o principal problema da Justiça brasi-



Ives Gandra Martins fala aos senadores numa das audiências públicas promovidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

leira — a morosidade na tramitação dos processos. Para ele, é fundamental impor mudanças na legislação ordinária, como forma de desobstruir o trabalho nas instâncias superiores.

Segundo Ives Gandra Martins, tramitam no STF 100 mil processos, 200 mil no STJ e 200 mil no TST. A grande responsabilidade por esses números, em sua avaliação, está nos códigos de processo, que permitem uma série interminável de recursos, abarrotando as instâncias superiores. “A função de fazer justiça não é das instâncias superiores, mas das instâncias inferiores. A função dos tribunais superiores é a de preservar a estabilidade e a ordem jurídicas”, frisou.

Na opinião do jurista, há no Brasil excesso de instâncias jurídicas, excesso de recursos e de processos, escassez de magistrados e escassez de recursos financeiros. O resultado dessa composição é um sistema caótico que

não será radicalmente mudado modificando apenas a Constituição. É preciso mudar os procedimentos jurídicos, defendeu.

O presidente do Supremo Tri-

bunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, disse que uma parcela da responsabilidade pela sobrecarga da Justiça deve ser atribuída ao Executivo. Ele considera que o poder público é o primeiro a se utilizar do aparato normativo para proteger ao máximo decisões judiciais já tomadas nas instâncias inferiores, abarrotando de propósito os tribunais superiores, para com isso “empurrar o problema com a barriga”, ganhando tempo para não cumprir as sentenças. O Estado, para o presidente do STF, deveria dar o exemplo, cumprindo as normas, mas o que se tem é instabilidade normativa promovida pelo próprio Estado.

Principais pontos da reforma	
	Os novos juizes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso
	Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados
	Fim do recesso anual de dois meses na Justiça
	Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade
	Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades
	Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal
	Proibição aos juizes de emitir opinião sobre os processos que presidam
	Súmula vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria constitucional, contando com a aprovação de três quintos do tribunal





# Chega ao Senado relatório do BC sobre Banpará

Versão integral, em 20 envelopes lacrados, foi enviada para cumprir determinação do Plenário, que aprovou requerimento de José Eduardo Dutra. Conselho de Ética poderá ter acesso ao documento, segundo Edison Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, convocou a imprensa na sexta-feira para apresentar a versão integral do relatório do Banco Central sobre o caso Banpará enviada pelo Ministério da Fazenda, em 20 envelopes lacrados, em cumprimento a determinação do Plenário da Casa que aprovou requerimento do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Por ordem de Edison Lobão, os documentos ficarão guardados em cofre-forte existente na Diretoria Geral do Senado e nenhum funcionário da Casa ou senador – nem o próprio Lobão – terá acesso a eles. O presidente interino assinou ofício endereçado a Dutra dando conhecimento da chegada do relatório e esclareceu que, se o líder decidir passar a documentação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, também ficará impedido de vê-la, pois não é membro do conselho:

– Se ele preferir encaminhar ao conselho, a Mesa examinará se é possível do ponto de vista jurídico – eu acho que é – e então o conselho passará a ser o responsável legal pelo sigilo das informações – explicou.

Para Lobão, a confirmação de que é falsa a fita apresentada como prova de participação do presidente licenciado Jader Barbalho (PMDB-PA) em irregularidades na extinta Superintendên-



Edison Lobão determinou que relatório ficará lacrado em cofre-forte e, por enquanto, ninguém terá acesso a ele

cia do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) demonstra que “ele tem razão em alguma coisa pelo menos”, e coincide com queixas de Jader de que estaria sendo vítima de falsidades, embora não baste para desmoralizar o restante das denúncias.

Lobão negou que a demissão do diretor-executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), Kleber Gomes Ferreira, tenha relação com o afastamento de Jader. Explicou que Jader, ainda no exercício do cargo, designou o primeiro e o segundo-secretários da Mesa, senadores Carlos Wilson (PPS-PE) e Antero de Barros (PSDB-MT), para avaliar a situação do Prodasen com vistas à sua transformação de órgão independente para secretaria. De acordo com Lobão, não há administrativamente nada

contra Ferreira e sua substituição por José Paulo Botelho Cobucci é de caráter provisório e “uma boa solução para o período de transição”. O projeto tornando o Prodasen uma secretaria subordinada à Mesa foi apresentado por Antero de Barros e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente interino confirmou que esteve na quinta-feira com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, mas garantiu que foi apenas a retribuição de uma visita de cortesia feita pelo ministro, não tendo sido tratada a questão da presidência das sessões do Congresso Nacional.

A reunião das Mesas das duas Casas com as lideranças partidárias para tratar desse assunto será “em princípio” na terça-feira.

## Fita contra Jader foi forjada, atesta o laudo de Molina

A fita com conversas tratando de uma suposta intermediação para liberação de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) por meio do pagamento de propina e que poderia ser usada para incriminar o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, nesse caso é uma fraude. Isso é o que atesta o laudo elaborado pelo perito Ricardo Molina e entregue ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), em São Paulo, na manhã de sexta-feira.

As gravações, publicadas há dois meses pela revista *IstoÉ*, continuam suposta conversa em que o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM) utilizava o nome de Jader para facilitar a liberação de financiamentos da Sudam em troca de um pagamento de R\$ 5 milhões. De acordo com a perícia, a voz não é de Frota e as gravações foram forjadas por Nivaldo Marinho, ex-assessor do deputado, em época e locais diferentes dos alegados pelo assessor.

Segundo Tuma, o laudo mostra que a gravação foi feita recente-

mente e não há dois anos – como o caso poderia sugerir. O local também não é o alegado pelo assessor, a casa de Frota. O documento ainda aponta para a possibilidade de Marinho haver lido um “roteiro”, pois foram identificados ruídos de folhas de papel.

### CONFISSÃO

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que Marinho já havia confessado a fraude em depoimento à Polícia Federal e à revista *IstoÉ*. Segundo Jefferson, que integra a comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga os casos em que Jader é citado, Marinho admitiu que a manobra foi arquitetada pelo deputado federal Pauderney Avelino e por um secretário de estado do governador Amazonino Mendes, ambos interessados em desmoralizar Frota, que tem, de acordo com pesquisas, boas chances de ganhar as eleições.



Jader foi acusado em fita fraudada

## Para Mozarildo, acusações levam Congresso ao descrédito

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou na sexta-feira que a imprensa e a sociedade devem se preocupar mais com a manutenção da democracia, com a estabilidade das instituições e com a preservação do Parlamento, do que acusar sistematicamente senadores e deputados, sobretudo por quebra de decoro parlamentar. O senador lembrou que, no caso do Senado, o decoro parlamentar já levou à cassação de um senador e à renúncia de mais dois, e a contumaz crítica da mídia sobre o decoro dos parlamentares, “está levando o Congresso à descença e ao descrédito”.

Mais do que acusar parlamentares, a imprensa deveria fazer análise profunda sobre o papel do Parlamento, instituição que, juntamente com o Judiciário, é um dos pilares do sistema democrático.

Mozarildo leu em Plenário nota técnica elaborada, a seu pedido,

por consultor legislativo do Senado sobre quebra de decoro parlamentar e as atribuições do Conselho de Ética. Sem pretender fazer a defesa de qualquer parlamentar, o senador afirmou que, conforme o estudo, o Conselho de Ética não deve analisar denúncias sobre senadores que não tenham relação com o exercício do mandato.

Segundo a nota técnica, não podem ser consideradas como quebra de decoro parlamentar “denúncias sobre fatos que envolvem o senador que ainda não estava sequer diplomado para exercer o mandato”. Comprovações ilícitas antes da posse e, em alguns casos, antes da diplomação, devem ser encaminhadas ao Ministério Público.



Mozarildo quer preservar o Parlamento

## Lobão: imprensa comete injustiça quando aponta paralisia nos trabalhos

O senador Edison Lobão rechaçou acusações de alguns parlamentares e de setores da imprensa de que a Casa não vem trabalhando nos últimos meses em consequência de denúncias de corrupção envolvendo senadores, principalmente as dirigidas contra o presidente licenciado Jader Barbalho. A manifestação foi feita em aparte a pronunciamento do senador Francelino Pereira (PFL-MG) em que este parlamentar elogiava a aprovação do novo Código Civil Brasileiro pela Câmara dos Deputados.

Foi no Senado que o novo Código Civil começou a tramitar e onde recebeu emendas que o aprimoraram, lembrou Lobão, para quem as críticas à Casa têm sido injustas.

Conforme disse o presidente

interino, o Senado não está parado e vem cumprindo rigorosamente o seu papel. A prova disso, observou, é que os senadores aprovaram o “pacote ético”, que determina, entre outras medidas, o fim da imunidade parlamentar para senadores e deputados que cometerem crimes comuns. Outras três propostas foram assinadas pelo presidente interino do Senado como prioritárias neste segundo semestre: as reformas política e do Judiciário e a nova Lei das Sociedades Anônimas. “Isso mostra que estamos trabalhando com afinco”, enfatizou.

Lobão disse ainda que o Senado, apesar das críticas e dos problemas que enfrenta em virtude da crise envolvendo o nome do senador Jader Barbalho, vem cumprindo com rigor as suas atri-

buições constitucionais de legislar. “O Plenário funciona todos os dias da semana, discutindo e votando matérias de interesse do país. As comissões técnicas também se reúnem e deliberam normalmente. Como exemplo, cito a Comissão de Constituição (CCJ), Justiça e Cidadania, que possui cerca de 900 projetos com pareceres aguardando votação”, informou.

Ao salientar ainda que projeto de Lei de Imprensa já foi votado pelo Senado e aguarda deliberação da Câmara dos Deputados, Lobão defendeu uma imprensa forte e livre, mas responsável, razão pela qual considera de vital importância a aprovação da lei, proposta que, segundo afirmou, é defendida pela maioria dos donos de jornais e revistas.

# Comissão de Educação examina projeto sobre crimes na Internet

Proposta divide os delitos em sete grupos e dá especial atenção aos cometidos contra concessionárias de serviços públicos

A Comissão de Educação (CE) delibera amanhã sobre projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tipifica 20 ilícitos na Internet e fixa para os infratores penas de detenção, reclusão e multa. O relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer favorável ao projeto.

A reunião ocorrerá após audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que a partir das 11h informará os integrantes da comissão sobre as diretrizes e programas prioritários do Ministério da Educação para o ano 2002.

O projeto de Calheiros divide os delitos cometidos na Internet em sete grupos: crimes contra a inviolabilidade de dados, contra a propriedade e o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a vida e a integridade física das pessoas, contra o patrimônio fiscal, contra a moral pública e contra a segurança nacional.

A proposta dá especial atenção aos delitos cometidos contra concessionárias de serviços públicos, como as de distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas e outras. Nesses casos, o projeto estabelece agravamento das penas. Para a difusão de material inju-

Projeto de Renan Calheiros tipifica 20 ilícitos na Internet e fixa penas de reclusão, detenção e multa



rioso na Internet, por exemplo, o senador propõe pena de detenção de seis meses e multa.

Constam ainda da pauta 29

projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio em várias cidades.

## Paulo Renato explica diretrizes e prioridades do ministério



Ricardo Santos, presidente da Comissão de Educação, tomou a iniciativa de convidar o ministro

A Comissão de Educação realiza, ainda na reunião de amanhã, às 11h, audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Em pauta, a discussão sobre as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Educação para o ano de 2002. O ministro foi convidado por iniciativa do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que preside a comissão.

## Pedro Ubirajara homenageia a Maçonaria

O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) homenageou na sexta-feira a Maçonaria, antecipando-se à celebração do Dia do Maçom, que é comemorado hoje. A Maçonaria, segundo o senador, tem lutado pelo progresso do Brasil e das instituições democráticas e atraído, ao longo da história, homens ilustres, como Beethoven, Napoleão, George Washington e o patriarca da Independência brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Ubirajara explicou que a Maçonaria originou-se nas corporações de mestres da Idade Média. Essas corporações, além de tratar de interesses estritamente profissionais, dedicavam-se às atividades religiosas, caritativas e culturais. No Brasil, a primeira loja foi instalada em Salvador, em 1797. A Maçonaria no país esteve

envolvida em diversos momentos importantes da história brasileira, destacou o senador, como a Independência, a Abolição da Escravatura, a instauração da República e a anistia para presos políticos.

Ubirajara informou que os princípios básicos da Maçonaria — liberdade, igualdade e fraternidade — já foram repassados para os participantes da congregação no Brasil. O senador prestou especial homenagem às irmandades maçônicas de Mato Grosso do Sul, onde a Maçonaria, além de contar com três lojas, tem uma fundação educacional, a Fundação Lowtons de Educação e Cultura (Funlec), com 11 escolas. O objetivo da fundação é instalar e manter estabelecimentos



Pedro Ubirajara ressaltou a atuação da Maçonaria, que será homenageada hoje pelo Plenário do Senado

de ensino de educação básica, superior e profissional. O estado conta ainda com uma loja da Ordem das Filhas de Jó, com a finalidade de formar o caráter moral, intelectual e espiritual de jovens com idade entre 11 e 20 anos. A instituição em Mato Grosso do Sul reúne 50 meninas, informou.

## Marina analisa na TV índice de desenvolvimento humano

A senadora Marina Silva (PT-AC) é a convidada do programa *Entrevista*, da TV Senado, nesta segunda-feira. Ela analisa o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre índices de desenvolvimento humano e fala sobre a pobreza no Brasil. O programa vai ao ar às 7h30, 12h30 e 20h30.

O programa *Agenda Econômica*, que vai ao ar às 13h30 e 19h30, aborda a retomada do crescimento econômico no país. O senador José Alencar (PMDB-MG), con-

Marina Silva aborda também a pobreza no Brasil



gado do programa, afirma que a economia brasileira é bastante vulnerável, e se permanecer estagnada o país não poderá cumprir seus compromissos externos.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — O sen. José Alencar fala sobre a retomada do crescimento  
7h30 — *Entrevista* — A sen. Marina Silva fala sobre a pobreza e o desenvolvimento humano  
8h — *As Cores do Brasil* — Fortes do Recife  
8h30 — Comissão Mista do Apagão — Audiência pública (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *As Cores do Brasil* — Fortes do Recife  
12h30 — *Entrevista* — A sen. Marina Silva fala sobre a pobreza e o desenvolvimento humano  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Agenda Econômica* — O sen. José Alencar fala sobre a retomada do crescimento  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — O ministro Ives Gandra Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, fala sobre a reforma do Judiciário

19h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
19h30 — *Agenda Econômica* — O sen. José Alencar fala sobre a retomada do crescimento  
20h30 — *Entrevista* — A sen. Marina Silva fala sobre a pobreza e o desenvolvimento humano  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Investimento no setor resulta em maior produção de alimentos, afirma Eduardo Siqueira Campos

## Eduardo quer apoio para agricultura irrigada no país

A adoção de uma política agrícola que dê mais atenção à agricultura irrigada foi defendida na sexta-feira pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Ele afirmou que o investimento nesse setor resultará em substancial aumento da produção de alimentos, com estabilidade das safras e equilíbrio no abastecimento do mercado. Isso tornaria os preços dos produtos agrícolas mais baratos internamente e mais competitivos para a exportação, acrescentou.

— O fato é que, na equação custo/benefício, o investimento em irrigação é altamente compensador, principalmente por permitir o planejamento e a coordenação dos períodos de safras, evitando-se os efeitos devastadores da estiagem e obtendo-se frutos e grãos uniformes — argumentou o senador.

Eduardo Siqueira Campos entende que o governo federal, particularmente no âmbito do Ministério da Agricultura, precisa dedicar especial atenção ao setor para que a irrigação seja ampliada em todo o território nacional, de modo a garantir uma produtividade agrícola substancialmente maior do que a registrada hoje no país.

Citando dados publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, Eduardo comentou que o Brasil tem um potencial de irrigar cerca de 20 milhões de hectares, mas tem apenas cerca de 3 milhões de hectares de área irrigada. Ele disse que a irrigação enseja um aumento médio de quase 500% na cultura do feijão; 218% do algodão; 208% da uva; 107% da goiaba; e de 72% na soja, dependendo da região e do clima.

Eduardo Siqueira Campos comentou que seu estado, o Tocantins, dispõe da maior área contínua do mundo propícia à agricultura irrigada, na região do Vale do Javaés. São mais de 3 milhões de hectares de várzeas, informou.

# Seminário debate crise da energia

Objetivo é discutir as saídas que o país tem para enfrentar o problema, bem como a situação das indústrias afetadas pelo racionamento. Estarão presentes ministros e especialistas no setor

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) promovem amanhã, das 9h às 18h, o seminário internacional *A crise Energética Brasileira*. O objetivo é discutir as saídas que o Brasil tem para a crise, as medidas que devem ser adotadas e a situação das indústrias afetadas pelo racionamento.

No primeiro painel, *Alternativas para Superação da Crise Energética*, serão tratados temas relacionados ao Programa Prioritário de Termelétrica, às repercussões econômicas do desabastecimento e à implantação de novos empreendimentos. Os painelistas são o diretor do Departamento Nacional de Política Energética, Sergio Valdir Bajaj; os presidentes da Associação das Empresas Geradoras de Energia, Flávio Antônio Neiva; da Associação das Empresas Distribuidoras de Energia, Orlando Gonzáles; do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Mário Fernando de Melo Santos; da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva, e das Centrais Geradoras do Sul do Brasil, Manoel Arlindo Zaroni Torres, além de um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O professor Ildo Sauer, do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo, será o mediador.

O outro painel do seminário, *A modelagem do Setor Elétrico Brasileiro*, discutirá experiências internacionais relativas à produção e à comercialização de energia elétrica. Os processos de privatização e de fiscalização do setor também serão abordados.

Na discussão do segundo painel, Steve Thomas, pesquisador da Universidade de Greenwich, na Inglaterra, e Paulo Sotkiewicz, diretor de Estudos de Energia da Universidade da Flórida (EUA), falarão sobre a experiência regulatória internacional. Também são



José Alencar é presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que promove o evento

bém serão abordados.

Na discussão do segundo painel, Steve Thomas, pesquisador da Universidade de Greenwich, na Inglaterra, e Paulo Sotkiewicz, diretor de Estudos de Energia da Universidade da Flórida (EUA), falarão sobre a experiência regulatória internacional. Também são

painelistas Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Eduardo Henrique Ellery Filho, diretor da Aneel; Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES; e Marco Kappel Ribeiro, representante da Federação Nacional dos Estrangeiros.

Estarão presentes à abertura do encontro o presidente interino do Senado, Edison Lobão; o presidente da Câmara, Aécio Neves; os ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente (que é presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia); o presidente da FNE, Jorge Luiz Gomes, além do presidente da CI, senador José Alencar.

Inscrições poderão ser feitas pelo site [www.fne.org.br](http://www.fne.org.br).



O pedido de autorização encaminhado pelo Executivo, em favor da construção do gasoduto, envolve lançamento de títulos no exterior

## CAE analisa operação de crédito para gasoduto Bolívia-Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar amanhã, a partir das 10h, mensagem do presidente da República solicitando autorização do Senado para realizar nova operação de crédito externo, no valor de US\$ 180 milhões, destinada à construção do gasoduto Bolívia-Brasil. A operação, em benefício da Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil, subsidiária da Petrobras, envolve o lançamento de títulos no exterior, contando com a garantia do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird/Banco Mundial) e contragarantia do Tesouro Nacional.

Na mesma reunião da CAE, está previsto o exame de outra mensagem do presidente da República, solicitando autorização

para reestruturar um crédito do Brasil com a República da Tanzânia, no valor de US\$ 232,5 milhões, em consonância com ata de entendimento assinada pelo governo brasileiro no âmbito do Clube de Paris e que envolve perdão parcial da dívida. O relator da matéria, senador Lauro Campos (PDT-DF), deu parecer contrário ao pedido.

Deverão ainda ser analisados na comissão comunicados do Banco Central do Brasil sobre duas solicitações de contratação de empréstimos: uma do governo do Ceará, no valor de US\$ 7 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e outra da prefeitura de Juiz de Fora, de R\$ 2,09 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## País já regulamentou reparos em bujões, diz Carlos Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) encaminhou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) voto em separado, assumindo posição contrária ao projeto de lei da Câmara que obriga as companhias distribuidoras de gás de cozinha a fazerem reparos nos seus botijões a cada cinco anos. O objetivo da proposta original, segundo seu autor, deputado Raimundo Santos (PFL-PA), é reduzir os elevados índices de acidentes domésticos envolvendo botijões de gás de cozinha, muitos deles resultando em mortes. Carlos Bezerra entende, contudo, que o assunto já está regulamentado por meio de portarias e de acordo de auto-regulamentação celebrado entre o governo e representantes do setor.

Após apelo feito pelo senador Roberto Saturnino (PSBRJ), o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), comprometeu-se a colocar o assunto em exame na próxima reunião da comissão, prevista para amanhã.

O relator da matéria na CAE, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), deu parecer favorável ao projeto da Câmara, destacando que ele visa, principalmente, obrigar as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo ou de gás



Carlos Bezerra acha desnecessário projeto de lei em tramitação no Senado tratando do assunto

natural a lacrar e requalificar os respectivos botijões, fazendo constar do lacre a data dos procedimentos e o peso do gás.

No seu voto em separado, o senador Carlos Bezerra diz que a obrigatoriedade do lacre e da requalificação pelas distribuidoras de gás já consta do art. 1º da Portaria nº 843/90, do extinto Minfra (Ministério da Infra-Estrutura), enquanto os prazos estão definidos na Portaria MME (Ministério de Minas e Energia) nº 334, de 1996.

As normas de requalificação, prossegue o senador, constam da Portaria do Inmetro nº 167/96, havendo ainda um acordo de auto-regulamentação assinado também em 1996 pela maioria dos distribuidores.



Luiz Otávio: 30 milhões de brasileiros participam de planos de medicina de grupo

## Luiz Otávio quer planilhas de planos de saúde

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) apresentou requerimento na Comissão de Fiscalização e Controle solicitando informações ao ministro da Saúde, José Serra, sobre a composição de custos dos planos de medicina de grupo. Segundo informou o parlamentar ao Plenário na sexta-feira, ele quer que a Agência Nacional de Saúde Complementar remeta à CFC as planilhas de custo dos últimos dois anos das maiores empresas do setor, discriminadas mensalmente.

Luiz Otávio pediu ainda informações sobre a receita auferida no período por essas empresas, além de uma comparação com custos previamente usados na definição do valor do plano. O senador afirmou que os planos são reajustados a cada ano, mas "ninguém sabe como as planilhas são feitas e de que forma foram apresentadas".

— Quem fiscaliza? O usuário precisa de definição clara de como as coisas existem. Não podemos permitir que os planos de saúde passem a ser um grande negócio, um gerador de renda, que o dono fique como o grande beneficiário e que o usuário fique sempre sacrificado e sem saber o que vai acontecer — afirmou.

Luiz Otávio ressaltou que quase 30 milhões de brasileiros participam de planos de medicina de grupo. Ressalvando não ser contra o lucro, afirmou que os planos de saúde não podem tê-lo como único objetivo, e precisam fornecer atendimento de qualidade.

Em aparte, o senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS), que é médico, afirmou que a situação precisa ser reestudada, já que, enquanto o médico é mal pago, os planos de saúde auferem lucros exagerados.

# Carlos Patrocínio alerta para exportação de pesquisadores

Senador teme que, ao não investir em pesquisa científica básica, o Brasil se torne "uma nação de apertadores de botões"

O Brasil já é o maior exportador de QIs da América Latina e o segundo do *ranking* mundial, denunciou na sexta-feira o senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO), citando pesquisa do professor Antonio Carlos Pereira Jr., da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre as causas para a emigração de intelectuais, o senador enumerou a falta de grandes investimentos, a estagnação do crescimento e a redução dos recursos das universidades públicas.

O senador teme que, ao não investir em pesquisa científica básica, permitindo o êxodo de profissionais de talento, o Brasil se torne "uma nação de apertadores de botões, formando apenas técnicos que irão operar as máquinas vendidas pelos grandes centros do conhecimento".

Na avaliação de Patrocínio, o governo terá que adotar uma política eficaz de retenção desses profissionais, envolvendo órgãos de fomento, universidades e empre-



Patrocínio ressalva que fundos setoriais representam "uma luz no fim do túnel"

sas e criando condições para o desenvolvimento da pesquisa no país. Ele ressaltou que o Brasil pode sofrer problemas graves devido à falta de investimento em pesquisas, como o descompasso tecnológico em relação ao exterior.

Patrocínio lembrou que os fundos setoriais, criados com as privatizações nas áreas de energia elétrica e telecomunicações, deverão injetar, já a partir deste ano, cerca

de R\$ 1,2 bilhão nos programas de pesquisa e desenvolvimento científico, o que "representa uma luz no fim do túnel". A alocação de mais recursos para a pesquisa, perspectivas de progresso e melhores salários para os cientistas e o estímulo à integração escola-empresa são essenciais para a retenção de cientistas no país, afirmou.

Patrocínio observou, no entanto, que, sem a melhoria da qualidade de vida em geral, nenhum programa vai fazer com que um jovem bem preparado troque boas oportunidades no exterior por um emprego no Brasil. Ao lado do incentivo à pesquisa, defendeu o senador, é preciso melhorar a qualidade de vida e criar horizontes, o que exige "um verdadeiro mutirão nacional" entre governo, universidades, empresas e agências de fomento.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a descentralização do saber, com a criação de pólos regionais de pesquisa.



Sarney: documento reconhece que Brasil é a terceira maior democracia do mundo

## Documento pede revisão das relações Brasil-EUA

A recomendação de que os Estados Unidos promovam uma revisão completa de sua política em relação ao Brasil, apresentada ao presidente George W. Bush em memorando assinado pelo professor Kenneth Maxwell, foi destacada em Plenário na sexta-feira pelo senador José Sarney (PMDB-AP). O documento recomenda que aquele país examine de que maneira Estados Unidos e Brasil podem trabalhar juntos em questões vitais para ambos como comércio, drogas e segurança nacional. Propõe, ainda, que seja feito um empenho na busca de diálogo estratégico de cooperação sério e duradouro com os líderes brasileiros.

Em seu pronunciamento, Sarney pediu que fique registrada nos anais a íntegra do documento elaborado pela Força-Tarefa Independente, patrocinada pelo Conselho de Relações Exteriores. O conselho é uma organi-

zação privada, sem fins lucrativos e que exerce importante influência na definição da política externa norte-americana, segundo informou. Sarney lembrou que o professor Kenneth Maxwell, diretor da Força-Tarefa, é hoje o mais respeitado e influente brasileiro nos meios acadêmicos norte-americanos e suas palavras "têm sempre repercussão na imprensa e nos círculos formadores de opinião dos Estados Unidos".

Sarney ressaltou que o trabalho apresentado ao presidente Bush reconhece que o Brasil é a terceira maior democracia do mundo, com uma sociedade aberta e vigorosa; imprensa livre; sociedade civil e classe média grandes e participativas; processo eleitoral limpo e moderno e uma economia duas vezes maior que a da Rússia ou a da Índia. Diante disso, a Força-Tarefa recomenda que os Estados Unidos considerem o Brasil como grande parceiro estraté-

gico e dêem ao país tratamento condizente com tal condição. O documento afirma que o Brasil pode e deve ser um parceiro fundamental dos EUA na promoção da reforma econômica e do livre comércio; na manutenção da democracia e da abertura dos mercados e no combate ao narcotráfico, ao terrorismo e aos crimes internacionais. Por essas razões, a Força-Tarefa considera de vital importância que o governo norte-americano formule uma política específica e trabalhe no desenvolvimento das áreas de interesse comum.



Amir Lando: "População permanece nas filas de escolas e hospitais desparelhados"

## Lando critica privatizações e política social

Ao criticar as conseqüências do processo de privatização ocorrido nos últimos anos no Brasil, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o capital produtivo nacional perdeu força, os preços dos produtos e serviços aumentaram e a população continuou sem política social eficiente. O senador disse que importantes empresas estatais, entre elas a Petrobras e o Banco do Brasil, já ensaiam um possível processo de desestatização.

Para o senador, a justificativa de que o Estado deve se isentar das atividades produtivas para obter maior sucesso nas obrigações sociais, como saúde, educação e segurança pública, não se aplica ao processo de desestatização brasileiro, uma vez que "as populações, principalmente as de baixa renda, permanecem nas filas de escolas e hospitais desparelhados e sob o fogo cruzado da delinqüência que assalta ruas e esquinas".

## Crédito para Transportes é de R\$ 8,14 milhões

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na quinta-feira crédito especial para o Ministério dos Transportes no valor de R\$ 8,14 milhões, e não de R\$ 8,14 bilhões, como noticiou na edição de sexta-feira o *Jornal do Senado*. O dinheiro se destina a obras na hidrovía Paraná-Paraguai (entre Cáceres e Corumbá) e em rodovias dos municípios de Cachoeiro do Itapemirim (ES), Cabo (PE) e Prazeres (PE). Já a Presidência da República receberá um crédito especial de R\$ 45 mil, e não de R\$ 45 milhões.